18:56 100%

Bivar articula para ficar no comando do União Brasil e abre nova crise

Às vésperas de eleição interna, deputado tenta minar candidatura de Antônio Rueda, que conta com amplo apoio

BRUNO GÓES
bruno.goes@oglobo.com.br
@brunoGoes

O presidente do União Brasil, Luciano Bivar (PE), articula uma ofensiva com o objetivo de se manter no comando da legenda, movimento que pode arrastar o partido para uma nova crise. Às vésperas da eleição interna, o deputado tenta retirar a candidatura de Antônio Rueda, nome que conseguiu reunir amplo apoio para a sucessão. A ideia é voltar a ser o nome favorito e continuar a dar as cartas.

O processo estava praticamente resolvido entre parlamentares e dirigentes, e adversários de Bivar passaram a demonstrar incômodo com a postura do atual presidente. Nas últimas semanas, ele passou a telefonar para cobrar fidelidade de ex-integrantes do PSL, partido que se fundiu com o DEM para formar o União. A sigla vai se reunir esta semana, quando a escolha será feita.

Em conversas reservadas, Bivar passou a dizer que teria 25 dos 40 votos para ser reconduzido. A estimativa é considerada "uma mentira" por opositores, principalmente oriundos do DEM, que resolveram embarcar na campanha do adversário. Esses parlamentares avaliam que não há chance de Rueda recuar de sua postulação. Procurados, os dois concorrentes não quiseram falar sobre a disputa.

O acirramento da campanha chegou aos grupos de WhatsApp de integrantes do União. Mesmo com a longa construção da candidatura de Rueda, Bivar passou a tentar convencer os correligionários de que seria necessário um nome de "consenso". Em um dos grupos, houve respostas duras de parlamentares, lembrando que o atual presidente jamais seria um nome apropriado.

Durante sua gestão, Bivar acumulou crises em estados como Rio, Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Acre, com ameaças constantes de debandada da sigla.

ACM Neto. Apoio à eleição de Rueda

REPRODUÇÃO

DISPUTA AFETA PALANQUES

A postura da direção fez com que lideranças importantes, como ACM Neto, articulassem o apoio a Rueda. Na noite de terça-feira, os dois jantaram e conversaram sobre o cenário. Embora a escolha vá ser feita nesta semana, o atual mandato de Bivar só termina em maio.

Hoje, insatisfeitos com constantes intervenções nos estados veem a articulação de Bivar como uma ameaça. Segundo um parlamentar importante, seria um problema grave para a montagem de palanques em alguns estados. Também poderia forçar uma grande debandada em 2026, quando deputados são liberados a trocar de sigla para disputar novas eleições.

Segundo interlocutores, Bivar tem dito que Rueda nunca comunicou sua candidatura e que o assunto só existe "porque a imprensa noticiou". O atual presidente também reforça que seria impossível e até um "demérito" pensar que desistiria de continuar à frente do partido.

Mesmo com a guerra nos bastidores, Bivar tem dito que continua a dialogar com Rueda e que só não houve um encontro presencial porque o companheiro de partido estava com conjuntivite.

O novo mandato de presidente do União Brasil terá duração de quatro anos. Ou seja, só terminará em maio de 2028, o que aumenta a importância da escolha.

REPRODUÇÃO

Disputa. Rueda (à esquerda) reuniu nomes fortes em torno de seu nome, mas Bivar quer continuar à frente do partido

PRESIDENTE DA SIGLA ACUMULA DESAVENÇAS INTERNAS

Pernambuco
Em seu estado, Bivar tentou destituir o deputado Mendonça Filho da presidência do diretório estadual do União Brasil, em abril de 2023, mas a Justiça anulou a decisão.

Rio de Janeiro
No mesmo mês, sentindo-se preterido pela cúpula do União, o prefeito de Belford Roxo, Waguinho, liderou uma saída em massa do diretório fluminense e ingressou no Republicanos.

Mato Grosso do Sul
Divergências levaram a senadora Soraya Thronicke, aliada de Bivar, a migrar para o Podemos, em junho de 2023, após perder o comando da sigla no estado para a ex-deputada Rose Modesto.

Amazonas
Em agosto de 2023, em decisão monocrática, Bivar convocou eleição estadual para tentar colocar um aliado na liderança do diretório local, mas a decisão foi contestada na Justiça pela ala do partido ligada a ACM Neto; e o pleito, suspenso.

AGU investiga fake news sobre exploração em Marajó

Suposta denúncia de Damares Alves voltou à tona após vídeo de cantora evangélica ser compartilhado por famosos e bolsonaristas

Chefe da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias acionou a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) para atuar na identificação de "redes de desinformação" sobre casos de exploração sexual infantil na Ilha de Marajó (PA). Na última semana, o tema se tornou uma "guerra cultural" nas redes sociais após a apresentação de uma cantora gospel em um programa de TV abordando o assunto. O debate foi compartilhado por artistas como Virgínia Fonseca, Juliette e Rafa Kalimann; por políticos da direita, como Nikolas Ferreira e Damares Alves; e gerou reações por parte de membros do governo.

"Os marajoaras merecem respeito e um tratamento digno de todo o Poder Público. O Governo Federal está empenhado em apurar denúncias sérias para desarticular redes de tráfico humano e exploração sexual e infantil em todo o território nacional", escreveu Messias em publicação no X (antigo Twitter). "Protejamos as nossas crianças sem a propulsão de notícias falsas."

Na sexta-feira, o ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida já havia anunciado que acionaria a AGU. "Solicitei à AGU que avalie a tomada de providências legais diante de mais uma tentativa de vincular Marajó ao grave problema do abuso e exploração infantil. É preciso saber a quem interessa a divulgação de mentiras sobre a atuação dos governos na região", compartilhou Almeida no X.

No mesmo dia, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, criticou as "ideias preconceituosas" na campanha repercutida por famosos, e o Ministério dos Direitos Humanos publicou um "alerta de fake news" para desmentir a informação de que o governo teria cancelado programas sociais para o Marajó.

PROJETO NÃO VINGOU

Durante a participação no reality evangélico, Aymeê Rocha cantou sua música que faz referências ao tema de exploração sexual infantil na Ilha de Marajó. Depois, aos jurados do programa, disse que o local, onde mora, sofre com tráfico de órgãos e "pedofilia em nível hard". Apenas um dos vídeos teve mais de dois milhões de visualizações.

A repercussão fez voltarem à tona supostas denúncias feitas por Damares. Em 2019, a ex-ministra da Família e dos Direitos Humanos citou a ideia do programa "Abrace o Marajó", lançado oficialmente em 2020, para combater a prostituição infantil. Mas, como O GLOBO mostrou em 2022, não foram gastos verbas para o projeto. No primeiro ano de seu terceiro mandato, o governo Lula revogou o programa e o substituiu pelo "Cidadania Marajó", para levar políticas sociais à região.

Em 2022, sem provas, Damares chegou a dizer que crianças marajoaras tinham seus dentes removidos para facilitar o sexo oral, o que fez com que fosse denunciada pelo MPF por danos sociais e morais coletivos supostamente causados à população da ilha, com um pedido de R$ 5 milhões de indenização.

IMAGENS FALSAS

Nos últimos dias, além do vídeo da canção, inúmeras montagens de imagens falsas vêm sendo compartilhadas nas redes bolsonaristas. Um dos mais compartilhados traz um caso fora de contexto, que ocorreu, na verdade, no Uzbequistão, quando uma professora foi presa após transportar dezenas de crianças em um carro. O deputado federal Carlos Jordy (PL), investigado no inquérito que apura responsáveis por financiar e organizar atos antidemocráticos de 8 de Janeiro, foi uma das pessoas que compartilharam a montagem.

RENATO MENEZES/AFP

Jorge Messias. Advogado-geral da União foi às redes desmentir notícia falsa

Deputado federal é condenado à prisão por peculato, fraude e lavagem

O deputado federal pela Paraíba Ruy Carneiro (Podemos) foi condenado a 20 anos de prisão e à devolução de R$ 750 mil aos cofres públicos pelos crimes de peculato, fraude em licitação e lavagem de dinheiro, cometidos quando foi secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer (Sejel) do seu estado. Além de Ruy, outras três pessoas foram condenadas. Todas poderão recorrer em liberdade.

Além de Ruy, foram penalizados Luiz Carlos Chaves, gerente de Planejamento, Orçamento e Finanças da Sejel; Daniel Pereira de Souza, engenheiro e representante da Desk Móveis; e Fábio Magib Mazhunni Maia, sócio da Desk Móveis. Duas outras pessoas foram inocentadas. A sentença foi proferida pelo juiz Adilson Fabrício Gomes Filho na última quinta-feira.

Ruy Carneiro está exercendo o seu segundo mandato consecutivo de deputado federal. A sentença não faz referência à perda do cargo devido à condenação.

Segundo a decisão, foi feita uma dispensa de licitação para a compra de cinco mil assentos desportivos com encosto e 42 mil sem encosto para o Estádio José Américo de Almeida, o Almeidão, e o Ginásio Poliesportivo Ronaldão, ambos em João Pessoa, e comprovado que houve fraude licitatória, superfaturamento de produtos, desvio de recursos públicos, danos ao erário, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, causando prejuízo estimado de R$ 1,5 milhão.

A sentença foi dada em uma ação penal contra o deputado. Na esfera administrativa, o Tribunal de Justiça da Paraíba decidiu anular, em 2020, uma sentença da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de João Pessoa, em uma ação de improbidade administrativa em que ele também foi condenado.

Ruy Carneiro foi condenado a 15 anos e 10 meses de reclusão e a 4 anos e 4 meses de detenção, a serem cumpridos em regime fechado inicialmente. Além disso, ele deve pagar 200 dias-multa no valor unitário de quatro vezes o salário mínimo vigente na época dos fatos, ocorridos entre 2009 e 2012.

Embora considere que os quatro condenados na ação atuaram com acentuada gravidade, o juiz concedeu-lhes o direito de apelarem da decisão em liberdade por serem primários e, até o momento, não oferecerem riscos à ordem pública ou à instrução criminal.

O g1 entrou em contato com a assessoria de Carneiro, que informou que nota está sendo produzida e deve ser encaminhada à imprensa. (*Dog1*)

CLÁUDIO VARGAS/CÂMARA DOS DEPUTADOS/13-12-2022

Ruy Carneiro. Deputado pode recorrer em liberdade